



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Casa Civil

DECRETO Nº 9.508, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

Regulamenta o Conselho Estadual de Segurança Pública e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 201900016013080, nos termos dos arts. 30, inciso II, alínea "a", da Lei nº [20.491](#), de 25 de junho de 2019, 20 e 21 da Lei federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, 8º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº [4.606](#), de 21 de dezembro de 1995.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 05 de setembro de 2019, 131ª da República.

RONALDO RAMOS CAIADO

(D.O. DE 06-09-2019)

REGULAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - CESP

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto estabelece a organização, o funcionamento e as competências do Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP, sendo estas consultiva, sugestiva e de acompanhamento social das políticas, dos planos, programas, das ações e atividades da segurança pública.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - CESP

Seção I

Da Composição do Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP

Art. 2º O Conselho Estadual de Segurança Pública terá a seguinte composição:

I - o Secretário de Estado da Segurança Pública, que o presidirá;

II - o Subsecretário de Estado da Segurança Pública, que será o seu Vice-Presidente e substituirá o Presidente em suas ausências e seus impedimentos;

III - o Comandante-Geral da Polícia Militar;

IV - o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar;

V - o Delegado-Geral da Polícia Civil;

VI - o Diretor-Geral de Administração Penitenciária;

VII - o Superintendente de Polícia Técnico-Científica;

VIII - o Presidente do Departamento Estadual de Trânsito;

IX - os ocupantes dos cargos da estrutura básica da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

X - um representante de cada órgão ou entidade integrante do Sistema Único de Segurança Pública - Susp:

a) Polícia Federal;

b) Polícia Rodoviária Federal;

c) Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp;

d) Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec;

e) Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas - Senad;

XI - um representante da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;

XII - um representante do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;

XIII - um representante do Ministério Público Estadual;

XIV - um representante da Defensoria Pública do Estado de Goiás;

XV - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Goiás;

XVI - um representante dos Conselhos Comunitários de Segurança;

XVII - dois representantes de entidades da sociedade civil organizada, cuja finalidade esteja relacionada a políticas de segurança pública, eleitos nos termos do disposto no § 3º;

XVIII - dois representantes de entidades de profissionais de segurança pública, eleitos nos termos do disposto no § 3º;

XIX - como convidados:

a) os seguintes representantes da administração pública estadual, indicados pelo Secretário de Estado correspondente:

a.1. um representante da Secretaria de Estado da Casa Civil;

a.2. um representante da Secretaria de Estado da Casa Militar;

a.3. um representante da Secretaria de Estado da Administração;

a.4. um representante da Secretaria de Estado da Economia;

a.5. um representante da Secretaria de Estado da Educação;

a.6. um representante da Secretaria de Estado da Cultura;

a.7. um representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;

a.8. um representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social;

a.9. um representante da Secretaria de Estado de Comunicação;

b) um representante da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN;

c) um Professor da Universidade Federal de Goiás, preferencialmente titular de Direito Constitucional, Penal ou Processual Penal;

d) um Professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, preferencialmente titular de Direito Constitucional, Penal ou Processual Penal;

e) um representante da Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG;

f) um representante da Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás - ACIEG;

g) um representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - FAEG;

h) um representante da Associação Goiana de Imprensa - AGI.

§ 1º Cada representante titular terá um suplente para substituí-lo em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º O Conselho terá como Secretário-Executivo o Gerente da Secretaria-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, sem direito a voz e voto, que, em seus impedimentos eventuais, será substituído por Secretário *ad hoc*, escolhido pelo Presidente

entre os Conselheiros.

§ 3º Os representantes a que se referem os incisos XVII e XVIII do *caput* serão escolhidos por meio de processo aberto às entidades da sociedade civil organizada, cujas finalidades estejam relacionadas com políticas de segurança pública e entidades de profissionais de segurança pública que manifestem interesse em participar do CESP.

§ 4º O processo a que se refere o § 3º será precedido de convocação pública, cujos termos serão aprovados na primeira reunião deliberativa do CESP, observados o requisito de representatividade e os critérios objetivos definidos também na primeira reunião.

§ 5º Os membros convidados, elencados no inciso XIX do *caput* participam somente em caráter consultivo, sem direito a voto.

§ 6º O mandato dos representantes a que se referem os incisos X a XIX do *caput* será de 02 (dois) anos, admitida uma recondução.

§ 7º A participação no Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Seção II

Do funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP

Art. 3º O Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP se reunirá, em caráter ordinário, bimestralmente, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Presidente.

§ 1º As reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP serão realizadas com a presença da maioria simples de seus representantes.

§ 2º As recomendações do Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP serão aprovadas pela maioria simples de seus representantes, cabendo ao seu Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade para desempate.

§ 3º O Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP poderá convidar representantes de outros Órgãos e outras entidades, públicos ou privados, para participarem de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 4º O Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP poderá criar câmaras técnicas com exercício simultâneo.

Parágrafo único. As câmaras técnicas terão caráter temporário, com duração não superior a um ano e serão constituídas por, no máximo, sete membros.

Art. 5º Caberá à Secretaria de Estado da Segurança Pública a edição dos demais atos administrativos necessários à consecução das atividades do Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP, por intermédio de sua Secretaria-Executiva ou de unidade que venha a ser instituída para esse fim em regimento interno, a qual prestará apoio técnico e administrativo ao referido Conselho e às suas câmaras técnicas.

Seção III

Da Competência do Conselho Estadual de Segurança Pública

Art. 6º O Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP, órgão colegiado permanente, tem competência consultiva, sugestiva e de acompanhamento social das atividades de segurança pública, respeitadas as instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública.

Art. 7º Compete, ainda, ao Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP:

I - propor diretrizes para políticas públicas relacionadas a segurança pública, com vistas à prevenção e repressão da violência e criminalidade e à satisfação de princípios, diretrizes, objetivos, estratégias, meios e instrumentos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS, estabelecidos nos arts. 4º a 8º da Lei nº 13.675/2018;

II - apreciar o Plano Estadual de Segurança Pública e, quando necessário, fazer recomendações relativamente aos objetivos, às ações estratégicas, metas, prioridades, aos indicadores e às formas de financiamento e gestão das políticas de segurança pública nele estabelecidos;

III - propor à Secretaria de Estado da Segurança Pública e aos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública a definição anual de metas de excelência, objetivando a prevenção e repressão das infrações penais e administrativas, bem como a prevenção de desastres, por meio de indicadores públicos que demonstrem, de forma objetiva, os resultados pretendidos;

IV - contribuir para a integração e interoperabilidade de informações e dados eletrônicos sobre segurança pública, prisionais e drogas, e para a unidade de registro das ocorrências policiais;

V - propor a criação de grupos de trabalho com o objetivo de produzir e publicar estudos e diagnósticos para a formulação

e avaliação de políticas públicas relacionadas a segurança pública;

VI - estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente;

VII - promover a articulação entre os órgãos que integram o Sistema Estadual de Segurança Pública e a sociedade civil;

VIII - acompanhar as metas e a fiscalização dos recursos transferidos pela União através do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP;

IX - apresentar relatório de análise das contas e de gestão com parecer ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP;

X - acompanhar o cumprimento do percentual máximo de profissionais fora das Corporações de Segurança Pública;

XI - acompanhar e propor critérios para progressão funcional e promoção dos profissionais de segurança pública;

XII - O Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP exercerá o acompanhamento dos integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, a que se refere o § 2º do art. 9º da Lei nº 13.675/2018, podendo sugerir providências legais às autoridades competentes, de modo a considerar, entre outros definidos em regimento interno ou em norma, os seguintes aspectos:

a) as condições de trabalho, a valorização e o respeito pela integridade física e moral de seus integrantes;

b) a proposição e o acompanhamento do cumprimento das metas de excelência, de acordo com o disposto nos arts. 11 e 12 da Lei nº 13.675/2018, bem como nas metas locais sobre segurança pública;

c) o resultado célere na apuração das denúncias em tramitação nas corregedorias;

d) o grau de confiabilidade e aceitabilidade do Órgão pela população por ele atendida.

§ 1º O Conselho Estadual de Segurança Pública - CESP divulgará anualmente e, de forma extraordinária, quando necessário, as avaliações e recomendações que emitir a respeito das matérias de sua competência.

§ 2º Na hipótese de reunião ordinária com duração superior a duas horas, deverá ser especificado período para votação, que não poderá ser superior a duas horas.

§ 3º É vedada a divulgação de discussões em curso nos colegiados sem a prévia anuência do Secretário de Estado da Segurança Pública.

§ 4º O regimento interno será elaborado pelo Colegiado no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação deste Decreto e será aprovado por maioria simples.

Este texto não substitui o publicado no do D.O. de 06-09-2019.

Autor	Governador do Estado de Goiás
Legislações Relacionadas	Lei Ordinária Nº 20.491 / 2019 Lei Ordinária Nº 13.756 / 2000 Decreto Numerado Nº 4.606 / 1995
Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Conselho Estadual de Segurança Pública Corpo de Bombeiros - BOMBEIROS Defensoria Pública do Estado de Goiás - DPEGO Defesa Civil Delegacia-Geral da Polícia Civil - DGPC Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN Diretoria-Geral de Polícia Penal - DGPP Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO Poder Judiciário Poder Legislativo Polícia Militar - PM Polícia Técnico-Científica - PTC Secretaria de Estado da Administração - SEAD Secretaria de Estado da Casa Civil - CASA CIVIL Secretaria de Estado da Casa Militar - CASA MILITAR Secretaria de Estado da Comunicação - SECOM Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA Secretaria de Estado da Educação - SEDUC Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP Secretaria de Estado de Cultura - SECULT Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDS Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SEEL Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - TJGO
Categorias	Gestão pública Regulamentos e estatutos Segurança Pública